

MINISTÉRIO DA CIDADANIA E FIOCRUZ NA CSSF



Foto: Cláudio Araújo

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu a quarta-feira (4) a presidente da Fiocruz, Nisia Trindade, e o ministro da Cidadania, Osmar Terra. “Duas pessoas chaves para nós da comissão, que tratamos de temas como assistência social e saúde. Agradecemos muito a presença aqui”, disse Antônio Brito, presidente da comissão.

Fiocruz

A instituição está representada em todas as regiões Brasileiras, presente em 10 estados, e tem a função de produzir e compartilhar tecnologias voltadas para o Sistema Único de Saúde

(SUS). A luta contra a doença de Chagas, Zika e Febre Amarela, abrangendo diagnóstico, vacinas e educação de prevenção, são importantes frentes de trabalho da instituição. “Respondemos às crises sanitárias e fortalecemos o SUS, contribuindo também com políticas públicas através de pesquisas”, explicou Nisia Trindade.

Nisia lembrou que a Fiocruz foi responsável pela implantação de bancos de leite humano no Brasil, em países de língua portuguesa e também em países desenvolvidos, como Portugal. A instituição, na área de pós-graduação, é responsável pela formação de 180 médicos mestres em

Saúde da Família. Nisia fez um alerta: “Muitos de nossos profissionais irão se aposentar em breve. Esse para nós é um grande desafio. Porque não temos uma legislação, como a existente nas universidades, que permita a reposição de vagas”.

Ministério da Cidadania

O ministro Osmar Terra deu duas importantes informações: o Ministério ganhou o prêmio internacional Wise Awards (World Innovation Summit Education) de inovação em educação devido ao Criança Feliz, considerado o maior programa do mundo em atendimento em saúde domiciliar para crianças. Osmar Terra também falou sobre a MP que vai destinar pensão vitalícia para crianças com danos cerebrais graves devido a micro-cefalia.

O ministro tratou do contingenciamento dos recursos da União e o ordenamento orçamentário do Ministério para 2019. “Foram vários períodos seguidos de queda de receita, desde 2014. O governo está se movimentando: além da busca pelo equilíbrio fiscal, há reformas em pauta no Legislativo. Precisamos discutir um novo pacto federativo”, defendeu. Ele apresentou números com as necessidades orçamentárias para 2020.



AUDIÊNCIA DISCUTE PARTO CESARIANO NO BRASIL



Foto: Cláudio Araújo

Requerimento do deputado Alexandre Padilha (PT-SP) possibilitou debate sobre parto cesariano no Brasil. “Há um projeto de lei em tramitação nesta Casa que trata do tema. Por isso a pertinência da discussão com especialistas”, disse o parlamentar.

Maximiliano Marques, representante do Ministério da Saúde, discutiu estratégias que qualifiquem as melhores práticas de intervenção para o atendimento à mulher. “Precisamos discutir o acesso da mulher ao pré-natal adequado, com diagnósticos seguros, até o atendimento pós-parto”.

Lília Nunes e Fernanda Feitosa, ambas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacaram o direito da mulher à ampla in-

formação sobre os dois tipos de parto possíveis e a longa fila de espera para parto cesariano no SUS.

“Dos 6.2 milhões de cesárias desnecessárias realizadas no mundo, metade são feitas no Brasil. A informação sobre os partos - que leva à escolha da gestante -, deve ser passada durante o pré-natal e não na hora do parto”, alertou a médica ginecologista e mastologista, Marianne Pinotti, que defende a humanização do parto.

Daphner Rattner, professora e presidente da Rede pela Humanização do Parto, Etelvino Trindade, membro do Conselho Federal de medicina e Roselane Gonçalves Feliciano, professora do curso de obstetrícia da USP também participaram do debate.

LOCOMOÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PAUTA



Foto: Will Shutter/CD

Concessão de órteses e próteses e meios de locomoção das pessoas com deficiência. Esse foi o tema debatido em audiência conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD). “O atendimento a esse público se encontra em defasagem em todo Brasil. Faltam profissionais treinados e habilitados para confeccionarem órteses e próteses. Fazemos um apelo para que o Ministério da Saúde coloque em prática os cursos destinados aos pro-

fissionais técnicos”, disse a deputada Thereza Nelma (PSDB-AL), relatora da Subcomissão Permanente de Saúde da CSSF que presidiu os debates.

Ângelo Roberto Gonçalves, coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde disse que a demanda por curso deve vir do município. “Estamos há 9 meses nesse governo, revendo todos os processos. Precisamos das instituições da sociedade civil e do poder público municipal para construir soluções”.

Marco Carneiro, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, disse que o último dado do IBGE identifica 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, sendo 14 milhões com comprometimento motor. “Por esse mesmo senso sabemos que 26.6% dessa população está no Nordeste”, informou. Marco falou sobre a escassez de produtos e a dificuldade no acesso a eles.

Reunião extraordinária



Foto: Cláudio Araújo

A CSSF realizou, na última terça-feira (3), uma reunião deliberativa extraordinária com o objetivo de analisar os projetos de lei em tramitação na comissão. “O quórum foi altíssimo. Uma vez por mês faremos esse encontro extra”, informou Antonio Brito (PSD-BA), presidente da CSSF.

APROVADOS

PL 2538/19, de relatoria do deputado Luiz Lima (PSL-RJ), determina que os profissionais de saúde quando houver indício de prática de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário do paciente.

PL 4999/16, de relatoria do deputado Diego Garcia (PODE-PR), estabelece que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social.

PL 10019/18, com relatoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), para dispor sobre a necessidade de realização de audiência de admoestação para soltura de agressor em caso de revogação de prisão preventiva.

PL 4952/16, de relatoria do deputado Ossesio Silva (PRB-PE), sobre a veiculação obrigatória, em emissoras de rádio e televisão, de campanha de saúde pública em caso de epidemia.

PL 9273/17, de relatoria de Diego Garcia (PODE-PR), que institui a remessa de medicamentos por meio de operação postal e dá outras providências.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotius

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br